

Privatização, a melhor saída

BOLÍVIA

EDGAR TRIVERI
Especial para O Estado

LA PAZ — O presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro — o último dos caudilhos populistas da década de 50 —, começou a desmontar, peça por peça, toda a estrutura da economia estatizada boliviana que ele próprio ajudou a construir durante seu primeiro mandato há 25 anos. Se, por um lado, esta guinada de direção do líder boliviano é de uma singularidade sem precedentes, por outro representa a possibilidade de execução de um modelo econômico alternativo de plena liberdade. E os resultados obtidos, até agora, são espetaculares: os preços ao consumidor que em setembro de 1985 subiam a uma razão de 23.447% ao ano, hoje despencaram para 0,5% ao mês; desapareceu o mercado negro e existe no país um regime de pleno abastecimento; o salário real se recupera lentamente e as reservas líquidas do Banco Central passaram de US\$ 93,5 milhões em dezembro de 1985 para US\$ 322,4 milhões no final do ano passado. Também a arrecadação de impostos que em 1985 equivalia a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) se aproxima agora dos 16%, as exportações também atingiram níveis sem precedentes e o déficit público deste ano não excederá os 3% do PIB que, por sua vez, deverá ter um aumento real da ordem dos 3,5%.

O principal aliado do governo nesse programa de reestruturação radical da economia tem sido o próprio cansaço da população com os desmandos administrativos que imperaram durante o governo anterior do presidente Hernán Siles Zuazo que, até 1985, ocupou o poder do país à frente de uma coligação de esquerda que demonstrou total incapacidade de exercer uma hegemonia política. O caos resultante contribuiu para aumentar a febre grevista da Central Operária Boliviana (COB) e os preços ao consumidor, que em 1983 chegaram aos três dígitos ao ano, passaram a cinco dígitos em 1985. Para se ter uma idéia, um dos maiores gastos com importação, naquele ano, foi com a impressão de papel moeda no

Brasil. A economia clandestina cresceu desmesuradamente e 85% dos gastos públicos chegaram a ser financiados com emissão de moeda. CAOS

Os resultados desse caos econômico refletiam diretamente sobre a população: os salários desvalorizados a cada hora levavam um número cada vez maior de trabalhadores a níveis abaixo do limite da subsistência. Por isso, ninguém se surpreendeu quando, nas eleições presidenciais em 1985, a maioria dos votos populares respaldou a direitista Ação Democrática Nacionalista (ADN), do ex-presidente general Hu-

derrotá-la alguma vez, perguntava sempre aos seus críticos". Para conseguir este objetivo e assegurar em seguida um crescimento auto-sustentado, ele chegou à conclusão que seria necessária uma mudança, rápida e profunda, do modelo que ele próprio estabeleceu em 1952. Para este fim, criou uma comissão de oito membros (somente dois economistas entre eles), para que, em 20 dias, lhe apresentasse um programa econômico.

DECRETÃO

O resultado da movimentação foi o decreto 21.060 — que ficou conhecido como "O Decretão" — edita-



Bolívia, 1986: greve de mineiros sem apoio popular

go Banzer, e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de Victor Paz Estenssoro, hoje de centro-direita. Como os dois grupos políticos não tiveram a maioria de votos necessária para eleger o chefe da Nação, a tarefa coube ao Congresso Nacional que, numa atitude inédita, optou pelo segundo mais votado: Paz Estenssoro.

Ele assumiu a presidência a 6 de agosto de 1985 e, desde então, vem governando com o sólido apoio, especialmente no Congresso, da ADN.

O velho líder, logo que assumiu o posto de comando, identificou na hiperinflação a sua primeira meta ("Algun governo de esquerda conseguiu

do a 29 de agosto de 1985. Ele estabeleceu as bases da chamada "Nova Política Econômica da Bolívia" e, resumidamente, consistiu em: 1) A redução e eliminação do déficit público através do congelamento dos salários do funcionalismo por um período de dez meses, a reorganização das empresas estatais, redução do número de empregados do governo (com indenizações equivalentes a seis meses de salários), supressão de todos os subsídios e o aumento do preço da gasolina de 0,1 dólar a 0,3 dólar por litro; 2) Liberdade de preços com exceção dos combustíveis, tarifas de serviços públicos, transportes coletivos e remédios; 3) Liberdade cambial com uma paridade única real e flexi-

vel; 4) Importação livre de todos os tipos de bens sujeitos a uma taxa alfandegária única de 20%; 5) Negociação livre dos contratos de trabalho no setor privado; 6) Criação de uma nova moeda (o boliviano); 7) Uma profunda reforma tributária; 8) Proibição de emissão de moeda para financiar o déficit público; e 9) Flutuação da base monetária exclusivamente em função do movimento de reservas líquidas em poder do Banco Central.

RISCO POLÍTICO

Atacar o conceito de que o Estado é sempre o melhor guardião do bem comum não foi apenas uma guinada ideológica como também um calculado risco político. Paz Estenssoro sabia que teria de lutar contra a burocracia — reacionária à mudança — e com forte poder político. Nas 23 empresas da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) apenas duas eram lucrativas, as demais davam apenas prejuízos. As perdas com essas empresas, em 1985, somaram US\$ 240 milhões.

Nelas trabalhavam aproximadamente 28 mil membros da combativa COB que, em março de 85, ocuparam o centro de La Paz para conseguir a queda do governo de Zuazo, sem sucesso. Paz Estenssoro dividiu a Comibol em quatro empresas, reduziu seu pessoal a oito mil funcionários e indenizou os demitidos com o equivalente a US\$ 60 milhões.

A resposta da Central Operária foi uma greve geral por tempo indeterminado. Ao contrário dos anos anteriores, desta vez a coisa não funcionou. Quatorze dias depois de iniciado o protesto, o governo decretou o estado de sítio e prendeu centenas de dirigentes sindicais. A opinião pública — ao contrário do que esperavam os grevistas — ficou indiferente à ação do governo. Com sua coluna vertebral quebrada, a COB não pôde mais opor resistência e o governo reiniou seu programa de reformas. Um programa tão audaz que chegou a contratar os serviços de uma empresa suíça para controlar as contas da alfândega.